

Questões

A crise do Judiciário não é uma questão de homens, mas de estruturas. Os magistrados, na sua esmagadora maioria, têm excelente atuação, conseguindo atender parcela ponderável dos jurisdicionados, nada obstante a absoluta falta de recursos.

No depoimento que fiz no Senado Federal, no último dia 8/8/2001 sobre a reforma do Judiciário, sintetizei os problemas em quatro pontos. Há excesso de instâncias, excesso de recursos processuais, escassez de magistrados e escassez de recursos financeiros.

Sugeri o afastamento do controle externo –a menos que se instituísse o controle para as 3 instituições representativas das funções essenciais à Justiça (OAB, MP e Judiciário)— a adoção da Súmula vinculante e do efeito vinculante das decisões não sumuladas e o princípio da transcendência para os 3 Tribunais Superiores (STF, STJ e TST), sobre entender que a principal reforma não é das competências constitucionais, mas dos recursos processuais, podendo, portanto, ser feita, por legislação ordinária. Presentes, os presidentes do Senado, STF e STJ, além de meu filho, representando o TST, senti, da parte dos senadores que me interpelaram (Bernardo Cabral, Jefferson Peres, José Fogaça, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e outros), a preocupação de que a reforma do Judiciário venha a gerar mais frustrações que soluções.

O Senador Bernardo Cabral prometeu, em seu relatório, no concernente à composição do órgão encarregado do controle externo, sugerir a retirada da participação de representantes do Legislativo, no Conselho Nacional da Magistratura, pois não há

sentido em um Poder controlar o outro --tese que defendi na exposição, para que continuasse havendo a autonomia e independência dos Poderes.

À luz desta inteligência, passo a responder às questões formuladas.

1) De que forma o Sr. analisa essa mobilização dos magistrados em defesa do Judiciário?

R- Parece-me absolutamente correta. Ninguém melhor do que os próprios magistrados, que têm conhecimento de seus problemas, para indicar soluções.

2) Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelos magistrados atualmente? E pelos advogados?

R- Na introdução desta entrevista, já apresentei algumas sugestões para solucionar o problema da morosidade da justiça.

3) Qual a importância de iniciativas como a criação do MNDJ?

R- Parece-me positivo, muito embora considere que a defesa do Judiciário é mais eficiente quando realizada por advogados, como venho fazendo há anos, e por membros do Ministério Público que exercem funções essenciais à Justiça juntamente com os integrantes do Poder Judiciário e estão em condições de avaliar as dificuldades que enfrentam. Em face do nível e da idoneidade dos magistrados que iniciaram o movimento, parece-me, entretanto, extremamente positiva.

4) Que propostas o Sr. considera mais relevantes e urgentes? Por quê?

R- As propostas, eu as apresentei no corpo da entrevista.

5) Existem iniciativas semelhantes, por parte dos advogados?

R- Não detectei nenhum movimento específico, mas tenho encontrado inúmeros colegas que, na mesma linha, adotam a defesa intransigente das prerrogativas do Judiciário e propugnam pela simplificação do processo e da competência para dar-se agilidade à justiça.

6) O que o Sr. acredita ser necessário para se recuperar a imagem do Judiciário e fazer dele um Poder mais forte e participativo?

R- As sugestões que apresentei no corpo da entrevista.

SP., 19/09/2001.

REV AMAERJ